



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682656 - SP (2021/0234238-4)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
THIAGO SOARES PICCOLOTTO - SP225902
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THIAGO PONTES TOMAZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO PONTES TOMAZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502635-84.2020.8.26.0548).

O paciente foi condenado à pena de 3 anos de reclusão, no regime inicial fechado, em razão da prática do delito previsto no art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei Federal n. 10.826/2003.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para a fixação do regime inicial fechado, o qual foi embasado apenas na reincidência do paciente, violando o disposto na Súmula 269 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, liminarmente e no mérito, seja substituído o regime prisional fechado pelo semiaberto.

É o relatório.

Em análise sumária, própria do regime de plantão, verifica-se que o regime inicial mais gravoso foi fixado com base na reincidência do paciente, embora a pena-base tenha sido fixada no mínimo legal e a reprimenda final seja inferior a 4 anos, o que afronta a Súmula n. 269 do STJ.

Assim, embora se trate de paciente reincidente, considerando o *quantum* da pena aplicada, a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis e a falta de fundamentação concreta, deve ser fixado o regime semiaberto (art. 33, § 2º, do Código Penal).

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PENA INFERIOR A 4 ANOS. REGIME SEMIABERTO. REINCIDÊNCIA. SÚMULA 269/STJ. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA POR RESTRITIVA DE DIREITOS. REINCIDÊNCIA. NÃO ESPECÍFICA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Admite-se a a fixação do regime imediatamente mais gravoso, o semiaberto, com fundamento na reincidência do acusado, por incidência da Súmula 269 do STJ.

2. O art. 44, II, do Código Penal veda a substituição

da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos ao acusado reincidente em crime doloso, salvo se, em face de condenação anterior, a medida for socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime, ponto em que se ressenste o recurso do requisito do prequestionamento.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 1761481/RJ, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEXTA TURMA, julgado em 08/06/2021, DJe 11/06/2021).

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para que o paciente aguarde em regime semiaberto o julgamento definitivo do *habeas corpus*, ressalvada a hipótese de estar cumprindo pena por outro processo em regime diverso ou de haver contra ele mandado de prisão cautelar.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência